

Magnífico Reitor

Senhor Ex-Presidente da República Doutor Jorge Sampaio

Excelentíssimas Autoridades da República Portuguesa e demais autoridades civis, militares e religiosas

Excelentíssimas Autoridades Académicas

Caras e caros colegas Doutores, Assistentes e Investigadores

Prezadas e prezados estudantes

Senhoras e senhores funcionários

Ilustres convidadas e convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Com esta celebração festiva e solene, a Universidade de Coimbra acolhe hoje no seu claustro doutoral António Arnaut. Afiança-o no seu pedido Constantino Sakellarides, cuja apresentação será feita pelo meu colega Pedro Lopes Ferreira. Constantino Sakellarides é um académico insigne e pensador de rara completude sobre a saúde e as políticas que a promovem. Muito o une a António Arnaut mas nesse muito cabe um lugar especial para um comum compromisso militante com a saúde pública enquanto privilegiado instrumento de política, guiado pelo objetivo da prossecução da qualidade de todas as vidas e em que, conseqüentemente, a democracia social e económica não tem menos que o estatuto de determinante imprescindível.

Senhoras e Senhores

As solenidades esgotam-se, vezes demais, numa ritualidade celebratória em que a suspensão do fluxo da vida abdica da ambição de a interrogar ou de lhe dar densidade acrescida. Outras há, porém, que têm o mérito invulgar de interpelarem as instituições e de as interrogarem sobre a lógica profunda do que fazem e sobre o significado do que não fazem. O ato que aqui hoje realizamos é

um desses momentos de rara luminosidade em que um gesto simples de lucidez e de reconhecimento se transforma em questionamento sério à universidade que o faz sobre o sentido do que é e do que deve ser o seu desempenho e sobre o alcance do que é e do que deve ser a sua responsabilidade social.

Que uma universidade como a nossa receba um cidadão como António Arnaut como seu doutor de honra não é, não pode ser, um evento exterior ao essencial do mandato duma instituição universitária. Um tal juízo ancoraria numa compreensão da universidade como cultora de um distanciamento assético entre o conhecimento e a vida. Uma universidade assim analisa a vida na bancada de laboratório ou nas séries estatísticas, deteta-lhe regularidades e tendências, mas esvazia-a de perplexidade e de paixão e demite-se da disputa de sentidos últimos que a guiam. Enfim, uma universidade assim talvez disseque a frio a vida mas alheia-se das vidas a quente. Talvez ganhe lugar de relevo nos rankings do cânone bibliométrico, mas afasta-se do seu múnus essencial: o de engrandecer a nossa comum humanidade produzindo um conhecimento que dialogue sempre com o fluir das vidas e tenha o gosto de viver para todos e todas como seu horizonte imperativo.

Por ser assim, a esse distanciamento sobranceiro que teima em moldar o ethos universitário e o espartilha num conhecimento disciplinar e disciplinador, urge cada vez mais contrapor, como sugere Boaventura de Sousa Santos, uma universidade que cultive um conhecimento transdisciplinar cuja produção tenha como princípio organizador a sua aplicação social e que é, por isso, um conhecimento no qual “a sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela mesma sujeito de interpelações à ciência”.

Com este gesto lúcido e nobre de acolher António Arnaut no seu claustro doutoral a Universidade de Coimbra está hoje e aqui a abrir-se a uma dessas interpelações sociais fundamentais: a de se assumir – sempre de modo crítico como é exigido a toda a universidade – como instância comprometida com a materialização de um imorredouro horizonte definido assim pelo mesmo António Arnaut: “No pensamento a *liberdade*: a luz que abre todos os caminhos. Na vida, a *igualdade*: os caminhos da procura da justiça. No vértice do triângulo, a *fraternidade*: a justiça purificada pelo amor.”

Abrindo-se a esta interpelação de se testar continuamente face a este horizonte e escolhendo a vida de António Arnaut como referência da sua avaliação, a Universidade de Coimbra engrandece-se e honra-se. Sim, é na vida inteira de António Arnaut que a universidade hoje se louva. A vida de um homem que poderia dizer, como Torga, “sou do povo, sou pelo povo e não há forças humanas que me apaguem do instinto a cepa de onde provenho”. Disse-o também ele, aliás, com as artes da poesia. Assim: “Não quero o mundo nem as suas riquezas. / Não quero nada da vida, nem sequer / a ilusão transitória das certezas / com que se enfeita o efémero malmequer. / Só quero o sonho, que não é do mundo / e a luz interior que não é da vida. / Quero descer em mim até ao fundo / desfrutar finalmente a paz perdida. / E assim me descobrir e me ocultar, / como o Sol no radioso luar de agosto: / ser um espelho de avesso a decifrar / os traços algemados do meu rosto”. Ou nesta proclamação, só na forma mais longe da poesia: “Foi pelo povo, personificado na gente da minha aldeia e da minha freguesia, e por solidariedade ao seu atávico sofrimento, que me lancei na empresa da criação do Serviço Nacional de Saúde e me tenho empenhado na sua defesa, para que todos, independentemente da sua condição económica e social, tivessem acesso a um bem tão precioso e, ao menos, fossem iguais perante a doença, que era a maior calamidade que podia atingir os pobres, então indefesos e desprotegidos”.

António Arnaut nasceu na Cumieira, concelho de Penela, em 1936. Licenciou-se em Direito, nesta universidade, em 1959. A advocacia, que é a marca mais continuada da sua vida pública, assumiu-a ele sempre como uma magistratura cívica expressão de uma essencial “função ético-social em defesa da justiça e do Estado de Direito”. Nas suas próprias palavras, “o advogado é a voz da lei que apenas se cala quando a justiça fala.” Foi um advogado assim que foi membro do Conselho Superior da Magistratura, Presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem e Presidente do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados. E foi também este defensor intransigente do Estado de Direito que, sendo-o com a densidade das convicções mais fundas, integrou a Comissão de Candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, que foi candidato a deputado nas listas da CDE em Coimbra em 1969 e que foi um dos fundadores do Partido Socialista.

“Nunca medi o possível e o justo pela extensão do olhar mas pela dimensão da alma”, escreverá. E nesta síntese dá expressão à centralidade do prumo ético na condução da sua vida. Mais que tudo, é essa irrepreensibilidade ética de uma vida tão aberta à imensa pluralidade dos outros como absolutamente firme na defesa de valores e de princípios que a sociedade portuguesa, com uma unanimidade rara, vê em António Arnaut. Em jeito de auto-retrato escreveu “Sou como sou, não tenho avesso / nem outro rosto por detrás / deste que te olha do interior de mim.”

Mas, para lá dessa exigência consigo mesmo, a ética é, para António Arnaut, o critério primeiro de leitura da realidade social. É assim que a questão social é, para ele, ética antes de ser política e será respondida eticamente, pois que a política não pode senão ser materialização de uma ética. De si mesmo disse: “Considero-me um socialista ético no sentido de que a defesa da dignidade e da libertação do homem de todas as formas de opressão é mais um imperativo moral do que uma decorrência ideológica. Nunca discerni qualquer fronteira intelectual ou axiológica entre a ideologia e a ética, até porque esta é também, no dizer de Ortega y Gasset, ‘um sistema vital de ideias de cada tempo, ou seja, um conjunto de regras de sobrevivência social que garantem a dignidade, a paz e o progresso equilibrado’”.

Abertura e firmeza, tolerância e convicção, eis uma combinação sábia de que os tempos que vivemos assinalam como carência funda, diante dos assustadores escombros de uma Europa que, às mãos de uma lógica de desastre habilmente induzido, desiste de ser um projeto de paz feito de um arrojado pacto entre capital e trabalho em que era conferido um papel crucial aos direitos sociais e aos serviços públicos.

Este é, por isso, “tempo de lágrimas e luto / ferido pelas lanças / da ambição. / Tempo avarento. / Tempo de não (...)”. Num tempo assim, em que – como advertiu António Arnaut – os sem terra, os sem trabalho, os sem pão e os sem abrigo se multiplicam e antecipam uma nova classe de espoliados, “os sem céu – aqueles que, sem pão e sem esperança, carregam o fardo da ignomínia e já não são capazes de olhar as estrelas” – é num tempo assim que é irrecusável a exigência de um pensamento e de uma ação política que se guie pelo realismo da esperança e faça da coesão justa e da regra legítima os seus guias. E também

aqui a vida de António Arnaut se confunde com o arrojo da coerência. “Governar é tornar o mundo mais perfeito, a sociedade mais justa e as pessoas mais felizes – escreveu. Para logo concluir: “os políticos que não conhecem esta regra elementar deviam ser obrigados a frequentar a Escola Primária da Democracia.” O nome dessa maior perfeição, dessa maior justiça e dessa maior felicidade é, para António Arnaut, Estado Social de Direito Democrático. Chegada tragicamente tarde ao terreno complexo da cidadania democrática, a sociedade portuguesa tem uma marca antiga, origem última do seu atraso estrutural: a assimetria gritante na distribuição da riqueza e das inerentes oportunidades. Esse país que foi privado durante cinco décadas de fazer sua convivência democrática, manteve, ao mesmo tempo, a grilheta da pobreza a um número assustador de pessoas – mais de dois milhões na atualidade – cifra que dobraria sem a operação da gama diversa de políticas sociais. Ou seja, a chegada à cidadania democrática foi não só tardia como profundamente desigual. E essa circunstância fundamental mostra que para ser política, a democracia em Portugal tem que ser económica e social.

O Serviço Nacional de Saúde é a pedra angular dessa arrumação do Estado a pensar na dignidade e na voz efetiva de todos e todas. Nas suas notas de generalidade – vocacionado para a prestação de todo o tipo de cuidados de saúde (preventivos, curativos e de reabilitação) – de universalidade – destinado a todas as pessoas sem discriminação – e de gratuidade – financiado pelo orçamento de Estado e sem co-pagamento pelos e pelas utentes – o Serviço Nacional de Saúde é, como disse o próprio António Arnaut, “a trave-mestra do Estado Social”, “filho primogénito da Revolução de Abril” e “irmão gémeo da liberdade, da igualdade e da solidariedade”. Frágil no terreno produtivo e na incorporação de saber, periferizado na especialização económica e nos mecanismos da governação internacional, Portugal tem no Serviço Nacional de Saúde um pilar de prestígio internacional inequívoco, com indicadores de topo, em escala mundial, em diferentes áreas dos cuidados de saúde e dos resultados por eles proporcionados seja na saúde materno-infantil, seja nas dinâmicas de saúde de proximidade. Mas, mais que tudo, o Serviço Nacional de Saúde prestigia Portugal por constituir um lugar de democracia densa, que convoca à responsabilidade comum e diferenciada de todos por todos e em que todos são acolhidos como iguais – “gente igual por dentro, gente igual por fora”, como

cantava Zeca Afonso. Crescentemente periférico e subalterno em tantas dimensões, Portugal pode orgulhar-se de ser referência em matéria de alcance democrático do seu serviço público de saúde. Serviço e não sistema, algo que a desmemória e a falta alma da tecnocracia não sabe distinguir. Nas palavras de António Arnaut, “se o país precisa de um sistema que funcione bem, segundo as regras da ética e da legis artis, e de um setor privado complementar, o que me importa é a qualidade, universalidade e eficiência do setor público, ou seja, do Serviço Nacional de Saúde.”

O país que estima a democracia sabe que tem uma dívida irresgatável para com António Arnaut. O país que estima a democracia chama-lhe “pai” e não “autor” ou “criador” do Serviço Nacional de Saúde. Um pai ama, cuida, bate-se, entrega-se. Ao chamar-lhe “pai do “Serviço Nacional de Saúde”, o país mostra que reconhece em António Arnaut não só o homem que concebeu este pedaço de democracia intensa mas alguém que o ama, o cuida, que por ele se bate, que por ele se entrega. Assim o confirma António Arnaut: “Pode haver poesia na política se ela for feita com amor. O Serviço Nacional de Saúde foi, com a ajuda de muitos, o melhor poema que escrevi.”

Só a poesia consegue dizer a radicalidade plena dos manifestos de rutura que o tempo presente exige. Só ela dá voz à utopia que nos mostre, como universitários, o fascínio do caminho de transformação para que o conhecimento que trabalhamos dia a dia é convocado. Porque é homem de combates firmes e verticais guiados pela utopia da humanidade plena, António Arnaut, pai da utopia feita história que é o Serviço Nacional de Saúde e da interpelação democrática radical nele presente, sabe que só a poesia nos serve de fala na busca desses horizontes totalmente outros que nos servirão de bússola. Assim o diz: “Talvez haja ainda algum lugar remoto / algures além do tempo, além dos montes / cidade ou aldeia ou mesmo um ermitério / onde se possa ouvir o puro trinar dos pássaros / passear à beira água, de braço dado com a lua / afagar os peixes que correm ao nosso encontro / como se o homem fosse ainda um animal virtuoso / tão natural como as aves os ninhos as giestas / e a sua voz fosse o cântico das manhãs reveladas / quando o Sol jogava às escondidas com as crianças / no mapa-mundi da nossa eira coletiva / que era o lugar de encontro dos desuses primitivos. / Talvez haja algures um lugar assim /

sem horários nem mentira nem regulamentos / onde se desconhece a existência do dinheiro / porque nada se compra e vende apenas se troca / uma flor por outra flor um abraço por um fruto / e todos se dão os bons dias com um sorriso de cítara / o amor reverdece candidamente sobre a relva / o trabalho é a recreação da liberdade / a liberdade é a respiração da vida / os gestos são o pão e o vinho repartidos / e o nosso olhar é límpido como a alegria do rio / que corre em nós desde o princípio do mundo. / Se não há um lugar assim é preciso inventá-lo / fique este poema como anúncio do devir.”

Magnífico Reitor,

Se o dissidente Spinoza, contra a moral repressora do seu tempo – para a qual só a austeridade e a privação levariam o humano a Deus – contrapunha que, ao invés, é a ontologia da liberdade de todas e todos, feita da alegria da fraternidade, que diviniza o humano, então importa concluir que António Arnaut, como advogado, como servidor da república, como dirigente moral e responsável político, como cidadão inteiro, aparece aos olhos de uma instituição como a universidade, como um testemunho imarcescível dessa alegria de ser homem chamada liberdade. E que é função também da universidade dar luz a esse testemunho e fazê-lo referência das gerações sucessivas que a habitam. É pois um ato de justiça e de sabedoria que vos digneis, Magnífico Reitor, impor as nossas insígnias doutorais ao cidadão António Arnaut. Isso vos rogo que façais, enobrecendo-nos.